





33355-10

DEP. LEG.

ROCHA MARTINS  
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

HERÓIS, SANTOS E MÁRTIRES  
DA PÁTRIA

O SUPLÍCIO

DO

INFANTE D. DUARTE



CAPA ILUSTRADA POR  
ALBERTO DE SOUSA

108314

VOL. VI—2.<sup>a</sup> SÉRIE

COLECÇÃO «HISTÓRIA»  
— RUA DO ALECRIM, 61 —  
LISBOA  
EDIÇÃO DO AUTOR

# Os Grandes Amores — de Portugal —

## TÍTULOS DOS CAPITULOS:

- I — O Sangue de Inês de Castro.
- II — A Neta da Rainha Santa.
- III — As Paixões do Venturoso.
- IV — A Madrasta de D. João III.
- V — O Drama de Santa Engracia.
- VI — D. Guiomar de Marialva.
- VII — A Freira de D. Afonso VI.
- VIII — D. Maria de Penha.
- IX — O Desterrado.
- X — As Cómicas de El-Rei.
- XI — A Távora.
- XII — A Amada do Regente.

# Heróis, Santos e Mártires — da Pátria —

## TITULOS DOS CAPITULOS:

- I — Santo António de Lisboa.
- II — D. Francisco de Almeida.
- III — Os Jesuitas martirizados.
- IV — 1640.
- V — Cadafalsó do Duque de Caminha.
- VI — O Suplício de D. Duarte de Bragança.
- VII — Matias de Albuquerque.
- VIII — O Conde de Vila Flôr.
- IX — D. Manuel de Portugal.
- X — Os Fuzilados de Campo de Ourique.
- XI — O Marechal Saldanha.
- XII — Duque da Terceira.

Comp. e impr. na —

Rua do Alecrim, 61

— LISBOA



## PRIMEIRO QUADRO

# AS INTRIGAS DA EMBAIXADA DE CASTELA

**N**UMA profunda reverência, diante do gentil-homem loiro, alto e esbelto, que acabava de desembarcar no cais do Danúbio, junto a Ratisbona, o doutor Agostinho Navarro de Burena mostrava-se um perfeito cortesão.

Saudava-o e recebia-lhe o sorriso; dois oficiais se perfilavam na retaguarda do recém-chegado, que parecia procurar alguém ante o cumprimento paçõo do secretário da espõsa de Frederico III, imperador da Alemanha.

— O senhor embaixador de Espanha não pôde vir mas eu vou conduzir vossa alteza ao albergue que sua senhoria indicou para o encontro.

O príncipe D. Duarte de Bragança, irmão do rei de Portugal D. João IV, recém-acla-

## Ô SUPPLICIO DO INFANTE D. DUARTE

mado, dispôs-se a segui-lo, acompanhado sempre pelos seus camaradas do exército, conde Guisiglieri e cavalheiro Bolognes.

Era coronel do regimento da Banda-Negra, herói da guerra que se chamaria dos Trinta Anos e combatera nas falanges imperiais em prol dos católicos contra os protestantes, alcançando grande renome na Pomerânia e na Saxónia. Nascera para a vida militar; deixou o seu país em busca de glória, alcançada durante seis anos, apreciado pelos seus subordinados que o acaudilharam, intemera- tamente, cognominando-o de *Pai dos Soldados*.

Largara de Lisboa ao ouvir falarem-lhe da conjura que daria o trôno ao irmão, e que mal pensara em substituir na chefia; partira, saudososo da linda e talentosa espôsa, D. Maria de Lara e Meneses, da casa de Vila Real e mãe dum encantador filho do príncipe e que seu pai mal vira no berço (1).

Tomara o trama dos portuguezes à conta de manejos dos sebastianistas, então a aguardarem, cheios de esperanças loucas, a volta do Encoberto, e, se não o vira dêste modo, entendera não lhe competir tomar a situação do seu primogénito.

O doutor Agostinho Navarro indicou-lhe um coche, para o qual o coronel da Banda Negra subiu com os seus companheiros e o capitão espanhol, D. Luís Gonzaga, que fôra procurá-lo ao quartel general de Leypen, onde chegara tarde.

Como se reünia em Ratisbona a Dieta Imperial, acorrera, procurando tratar de negó-

---

(1) 1640 - Colecção «História» - 2.ª Série.

cios militares e deixava-se conduzir para a hospedaria de Saint-Sauveur onde se tinham guardado alojamentos.

Ao entrar no aposento, sua alteza relanceou a vista admirada pela mesquinha alcova que lhe ofereciam; imaginou-a destinada ao seu criado, a quem atirou uma ordem:

— Não despeçam o carro, que quero ir visitar o senhor embaixador de Espanha e ficarei com êle . . .

Tinha para com o diplomata intimidades de parentesco, porque era seu primo, filho de D. Constança de Bragança, da família dos marqueses de Ferreira. Vivera muito em Madrid, tendo recebido os títulos de marquês de Villercas e conde de Assumar, gentil-homem da real câmara e veador da rainha D. Isabel. Representara o rei em Roma e depois em Viena, onde estava quando rebentara a revolução da independência portuguesa.

O príncipe dispunha-se a ir ao seu encontro quando o doutor Navarro o deteve, naquele mesquinho quarto.

Um maior pasmo se leu nos olhos azuis do irmão de D. João IV, que, sendo loiro e rosado, parecia germano e mais còrava ao ouvir a frase com que o magistrado o segurava:

— Vossa alteza ficará aqui, meu senhor; foi a ordem que recebi do senhor marquês . . .

— Ordens?! Para mim?! Mas eu só obedeço a sua majestade o Imperador, em cujos exércitos sirvo!

Aprumava-se; enchia-se de altivez diante dos espanhóis que o ouviam, acabando a estremecer com a nova resposta:

— Emanam de sua majestade imperial as

## O SUPPLICIO DO INFANTE D. DUARTE

ordens que recebi do senhor embaixador de Espanha . . .

— Prende-me em nome de sua majestade ?

— Não. Apenas vos conservarei aqui para conversarmos. Peço perdão; porém, trata-se dum negócio intrincado. O irmão de vossa alteza proclamou-se rei de Portugal; consentiu que o aclamassem; deu beija-mão; entrou em franca rebeldia, e . . .

— Mas eu estou nos domínios do imperador e coisa alguma tenho com a revolução de Lisboa, da qual há pouco soube, e não entendo, também, em que ela me possa tornar culpado para com o imperador . . .

— Vossa alteza aprovou essa revolta, essa traição ?

Ante a interrogativa mais pôde a astúcia no ânimo do soldado, que a franqueza duma declaração teatral.

Descortinara, a súbitas, ser vítima dum laço bem jogado por conta de Madrid, a envolver a côrte imperial onde se acolhera.

Contou desvirtuadamente o que ouvira na capital de sua pátria quando lá estivera, havia quási um ano.

Com efeito, tinham-no procurado alguns fidalgos, conduzidos por um jesuita; falaram-lhe de sublevações mas tomara tudo à conta da loucura dos sebastianistas e nunca julgara o duque, seu irmão, capaz de os seguir, pondo em risco a segurança da sua casa. Havia quinze dias, constara-lhe que se dera o movimento; porém, sentia-se tão afastado de cumplicidade, que deliberara apressar a sua viagem, a-fim-de se entender com o embaixador de Espanha sôbre o assunto.

Isto dizia o príncipe, num rápido apreen-



dimento do que o esperava; ia disfarçando, muito bem, os seus intuitos, que deviam ser outros ao abandonar o quartel general de Leipen.

Desejaria ouvir a opinião de Fernando III; por ventura escutar apenas deliberações ou, simplesmente, pedir um passaporte de disfarce para ir a Portugal onde a sua experiência da guerra, seu valor e suas admiráveis faculdades de batalhador muito podiam servir na campanha contra os expulsos.

Filipe IV ouvira o conde-duque de Olivares falar-lhe na prisão de D. Duarte de Bragança, e pasmara por tanta audácia do seu ministro.

Acaso o imperador era capaz de consentir semelhante captura?! Entregaria aos espanhóis um cabo de guerra que o ajudara a vencer? O que pensava, o seu valido, à cerca dos príncipes?

Naturalmente que a política era complicada trama, no meio da qual os diplomatas enredavam os mais audaciosos generais.

Tinha a D. Francisco de Melo em Viena de Austria; ia transmitir-lhe as suas ordens. Disse e fê-lo. O marquês de Villercas, pouco se importando que fôsse do seu sangue a inocente cuja prisão se requeria, aceitou, de boa mente, o terrível encargo.

Sentia que, se vencesse, lhe aumentariam as honrarias com a grandeza de Espanha e algum ducado, talvez o brigantino, caso as hostes do rei espanhol vencessem, como era de esperar, os fracos terços dos portuguezes.

Para êste fim, recordou-se do seu nascimento na prole dos marqueses de Ferreira. Lá andavam na côrte do rebelde os que usa-

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

vam o título, já com o condado de Tentugal em apenso, por paga de um dêles ter levantado o estoque do condestável, em honras de príncipe parente, quando da aclamação do duque de Bragança.

Nobreza de sobejo possuía êle em Espanha.

Ali fôra criado e sempre querido, fruindo os tributos de suas comendas de vulto, sua intimidade com o conde-duque de Olivares, sendo diplomata, marquês, conde, bem visto de el-rei. Títulos não lhe faltavam; porém, desde que se esmagasse a parentela ambiciosa duma corôa e os que a tinham seguido, fartos apanágios ficariam para os que ajudasse a vencer.

Além de tudo, jurara fidelidade ao monarca católico; estava ao seu serviço; não tinha escrúpulos e levava um realíssimo tributo a seu amo desde que conseguisse algemar, no império, aquele infante português cuja valentia estava, por demais, consagrada no exército.

Semelhante espada, desembainhando-se nas fronteiras castelhanas, daria um enorme alento à causa da independência; os conselhos preciosos do príncipe, o que aprendera, durante aqueles seis anos de guerra na Alemanha, o prestígio pessoal do Bragança cujos postos tinham sido ganhos nas pelejas, tudo isto, êle poderia coarctar, desde que Fernando III o ouvisse.

E a sucessão da corôa portuguesa?! Que esplêndido golpe dava decependo a cabeça em que pudesse pousar o diadema apanhado na revolta contra os espanhóis!

Dirigiu-se ao palácio; solicitou uma au-

diência ao soberano que o recebeu, como sempre, agradado por vêr junto da sua pessoa o representante de tão grande país como era a Espanha, senhora de parte da Itália, da Flandres e de novos mundos.

D. Francisco de Melo foi direito ao fim; pediu, em nome do seu rei, a captura do infante D. Duarte, e o monarca, num protesto rápido, senhoril, majestoso, perguntou assombrado:

— Mas que fez o príncipe que tanto tem batalhado pela minha causa? Prestou enormes serviços ao império. Que culpas são as dêle, senhor marquês?

Mal ouviu a queixa; despediu-o, com um gesto onde a indignação era diluída no cerimonial, e o embaixador deixou-o numa protocolar vénia palaciega.

Refervia-lhe na alma um maior desejo de vencer e descobrir a vontade que se lhe antepunha numa altivez realenga.

Conhecia, admiravelmente, os meandros da côrte; era sabedor das faltas do erário e das fraquezas dos ministros; palpitera o meio em que vivia como um físico sondando feridas, durante a convulsão das batalhas, e esperava vencer tanto como o monarca decidira não pactuar.

O arquiduque Leopoldo, irmão de sua majestade e amigo do infante, escutou as revelações que o reinante lhe fazia, àcêrca do pedido do diplomata espanhol, e, ardendo em legítima cólera, declarou, depois de evocar os grandes lances que D. Duarte praticara com mais brilho que muitos vassallos imperiais:

— «Seria a maior infidelidade e a mais detestável ingratidão, tratar assim um príncipe

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

que descansava na fé pública que êle mesmo, imperador, lhe havia prometido.»

Era aquele o pensamento do príncipe que aplaudia os últimos dizeres de sua alteza:

— «Consentir nessa prisão seria violar as imunidades do império com universal admiração das gentes.»

Que respondera quando o irmão do duque de Bragança chegara a Viena a dar-lhe um posto no seu exército e um tratamento nos seus estados?

Retorquira-lhe considerá-lo um dos seus capitães e concedera-lhe as dignidades devidas aos príncipes livres que se acolhiam à sua bandeira. Confiadamente ficara e se batera. Ganhara os galões com o seu ardor e o seu sangue; a posição junto ao trôno dava-lha o nascimento, o qual os reis deviam, mais do que nenhuns outros homens, aceitar em subida consideração.

Fôra digníssima a fala do senhor arquiduque; altamente calara no espírito do soberano e assim seria sem as habilidades do diplomata e as ciladas que sempre se abrem como alças e intrigas nos paços reais.

Bem podiam Fernando III e Leopoldo decidir-se a favor da presa que êle desejava conduzir ao cárcere, em holocausto ao seu amo e à vontade do seu amigo onnipotente. Havia quem mandasse mais no ânimo imperial do que o próprio autocrata julgava.

A imperatriz tinha uma filha para casar. Era a arquiduquesa Mariana. O embaixador poderia alcançar-lhe uma excelente aliança nalguma das casas reais dependentes do seu senhor, talvez que mesmo na inclita família do rei católico.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Por ali se atalhava muito, para chegar ao coração da espôsa do teimoso monarca a quem dava exemplos de lealdade num tão grande acontecimento político.

D. Francisco de Melo ambicionava, mais do que nunca, o triunfo, e foi pensando em mandar vigiar o infante no quartel de Leypen onde se encontrava às ordens do general Piccolomini, o mais astuto dos gananciosos italianos, em busca das maiores honrarias devidas aos seus altos talentos militares.

Com êle se entenderia o enviado diplomático de Filipe IV, rei de Espanha, cujo império começava a abalar-se.







## SEGUNDO QUADRO

# OS ARGUMENTOS DA DIPLOMACIA

**F**REI Diogo Queiroga, espanhol, confessor da imperatriz Maria, escutou o embaixador, com o empenho de patriota e de beneficiado em boa pecúnia e, com as habilidades próprias da influência exercida no espírito da dirigida, conseguiu o seu auxílio.

Fernando III recebeu da espôsa o conselho de consultar o reverendo cuja fama de sábio, digno e crente, de há muito pesava nos ânimos cortesãos.

Ao ser ouvido de confissão, o imperador sentiu um alarme. O frade declarava-lhe que, em consciência, êle podia mandar prender o infante, acrescentando ser para seu bem o levá-lo ao cárcere. Mais valia a boa vontade da Espanha que a lealdade aos rebeldes, tanto mais competindo a um soberano a defesa do seu povo; melhor o salvava ligando-se a Filipe IV

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

do que escrupulizando. O príncipe era como seu vassalo; ocupava posto no exército; comprometia o asilo e a posição com as suas atitudes — pois que decerto era culpado na revolta de Lisboa — e mal ia aos grandes soberanos se buscavam agradar a rebeldes.

Punha o duque de Bragança como súbdito do monarca espanhol, pois lhe jurara fidelidade, querendo, por uma sedição, arrancar-lhe bens da sua corôa.

Era como se Octavio Piccolomini, general das suas falanges, procurasse arrebatá-lhe parte dos apanágios.

As palavras do religioso produziram singular impressão no espirito do seu ouvinte; mudava com uma volubilidade já celebrada, deixando-se levar pela lisonja, arrebatando-se com facilidade.

Dentro em pouco, tornava-se móvel manequim dum grupo empenhado em servir o embaixador espanhol.

Em volta da soberana cresciam o liames dêste vasto enrêdo. O monge e o secretário de sua majestade, o castelhano dr. Agostinho Navarro, conduziam a intriga.

Havia officiais de todos os países prestando serviços nas legiões germânicas e não escasseavam os súbditos de Filipe. D. Luís Gonzaga era um deles e vivia na inteira confiança do marquês de Villerca cuja habilissima conduta, juntamente com os auxílios bem dispostos no séquito imperial, lhe anunciava a vitória.

Primeiro, falou-se a Fernando III da possibilidade duma fuga do irmão de D. João IV e da sua passagem a Portugal, irritando assim os espanhóis com cujo concurso e amisade muito



tinha sua majestade a ganhar; diziam-lhe que ninguém acreditaria não ser a imperial pessoa cúmplice dessa partida emprestando sua força aos revoltados. Tal atitude prejudicaria a política que se andava realizando.

Alguém transtornava as razões apresentadas pelos inimigos do príncipe. Era um oficial da casa militar que alegava ser muito bem decretada a prisão do infante desde que faltasse aos seus deveres; devia-se-lhe castigo maior de que a outros, por sua qualidade e talento, porém ele mantivera-se dentro da fidelidade, batera-se como um herói, servira com firmeza e coragem e mais se lhe devia protecção.

Era do ramo de Bragança? Podiam, um dia, chamá-lo ao trôno? Que tinha isso?!

E, imediatamente, êsse conselheiro, oculto e privado, definia a situação.

Para os portuguezes, o seu novo soberano representava a legitimidade em vez da usurpação e D. Duarte nascera em Portugal; coisa alguma tinha a vêr com as opiniões dos espanhóis. Já a França, a Inglaterra e a Holanda tinham reconhecido o novo imperante e, nesta conformidade, se a Espanha se via desacatada, procedesse por si, não fôsse tentar a consciência dum grande imperador! Vingasse-se do duque de Bragança, não quisesse vêr praticada uma enorme deslealdade!

As respostas do monarca àcêrca das razões políticas, o nobre servidor volvia:

— Suponhamos, porém, que o soberano portuguez é um traidor; qual a culpa de seu irmão que estava em Viena quando da revolução?! Se fôsse cúmplice, teria fugido. Mas que importava tudo isso ao império?

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

E, com novos incitamentos à lealdade, o paladino da honra terminara, deixando o seu amo preocupado.

Actuavam, porém, os adversários; correu o boato de que o alvejado fugira e o embaixador, aparecendo, a súbitas, no paço onde já chegara a notícia, fingia-se tão aterrado que impressionara a côrte.

Seria a guerra? Que ia fazer a Espanha?

Mal se acreditava que pudesse sair do território sem o auxílio dos altos poderes.

Contaminara o irresoluto espírito do chefe do Estado. Num ímpeto, espicaçado pelos conselhos, ordenou que trouxessem o coronel da Banda Negra à sua presença, enviando-se alguém a dar-lhe a ordem. Apareceu D. Luís Gonzaga; indicaram-no; era homem de segurança, mas ainda assim mais alguma coisa se acrescentou ao ataque.

Ele partiria, a toda a pressa, para Leypeñ, onde se realizava a Dieta Imperial. Tomava o infante e, conduzindo-o com habilidade, aguardaria, em Ratisbona, a chegada do doutor Navarro, agente, bem pago, do horrível trama.

Para maior segurança, tratou-se com o general Piccolomini, tão ganancioso de oiro como àvido de títulos, e, com promessas largas duma soma forte para distribuir pelos ajudantes da empresa e ainda mais para os seus cofres, conseguira-se a imediata nota de detenção do nobre oficial que servia no seu exército.

Chamara o coronel D. Jacinto de Vera, outro castelhano, e entregara-lhe um escrito legal, lacónico mas preciso:

«Ordeno ao coronel D. Jacinto de Vera,

que vá ao quartel de Leypen prender o príncipe de Bragança, e que, não podendo prendê-lo, o mate, e que, vivo ou morto, me traga o seu corpo.»

Encarou-o como se julgasse uma brincadeira aquêlê édito que tinha nas suas mãos; porém, o chefe impelira-o, e, à porta, alguém lhe prometera oito mil cruzados desde que houvesse o infante em seu poder.

Procurou-o, com o faro e a pressa dum podengo esfaimado, mas sua alteza partira, de barco, pelo Danúbio, a-fim-de se dirigir à Dieta de Ratisbona.

Chegara D. Luís Gonzaga; ouvira as explicações, com um acentuado aborrecimento, e, apresentando a ordem de Fernando III, movera um correio ao qual entregara uma carta em que mandava que o coronel o aguardasse para uma comunicação imperial.

O estafeta largou, numa velocidade de tempestade; êle, tomando uma embarcação, encheu-se da segurança de que não lhe fugiria a prêsa nem o lucro, e deixou, em revolta sentida, D. Jacinto de Vera, ao vêr-se desfalcado dos oito mil cruzados prometidos pelo tráfico infame.

Teria morto por êste preço. Os soldos andavam em largo atraso, pois durava há muito a guerra e o erário estava vazio. Passavam-se necessidades e combatia-se com a mira nas vantagens pecuniárias ou territoriais do fim da campanha. Se ao menos o tesouro público pudesse suprir as necessidades das tropas, bem iria para a compostura dos seus membros; porém, êles sabiam-no exausto e, daí, o aceitarem-se as mais baixas e vis tarefas a trôco de dinheiro.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Melhor do que todos os militares, conhecia o embaixador de Espanha as sereíssimas faltas de moéda com que lutavam os ministros; profundara a crise e, analisando o meio, sentira-se muito senhor do completo triunfo.

Bastava espalhar o oiro com largueza. Todos se lhe venderiam, desde o chefe da nação ao último dos seus soldados.

Custara-lhe a obter a primeira transigência; as outras chegariam, com certeza, segurança e rapidez.

Os seus cúmplices, já pagos com boas quantias, trabalhavam nas antecâmaras; iam fazendo a compra dos funcionários, ajudantes e cortesãos; a imperatriz entregara a sua consciência ao confessor e recebia avultada pecúnia; a obra, avançando, como uma seta, teria por alvo o infante e a glorificação do diplomata, seu primo e seu algoz.

D. Duarte de Bragança, ao sentir-se inclausurado no quarto do albergue paupérrimo, deitara contas à vida. Iria à presença do monarca, padrinho, por procuração, do seu casamento com D. Maria de Lara; decerto que as reais senhoras, que tinham amadrinhado a noiva, então ausente em Lisboa, onde ainda se conservava, pleiteariam por êle, e lembrava-se de todas elas, no dia da cerimónia em que o tinham tratado de amigo e de parente.

Havia seis anos que o acto se celebrara; há outros tantos servia no império que o honrara, por aquêlê modo, assinando os seus soberanos na certidão do seu consórcio.

Lembrava-se bem: o imperador Fernando; a imperatriz Leonor; o rei Fernando; a rainha Maria; o arquiduque Leopoldo; as arquiduquesas Maria Ana e Cecília!

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Não o abandonariam! O velho monarca falecera, sucedendo-lhe o filho, com a espôsa, que decerto se pronunciava a seu favor.

Pobre príncipe de Portugal! Se êle soubesse como a diplomacia espanhola usava de melhores argumentos?! Em vez da lealdade que vibrava no seu ânimo, o parente, D. Francisco de Melo, marquês de Villerca, movia soberanos de oiro diante de imperantes de ignóbil barro.







## TERCEIRO QUADRO

# INFIEIS E CATÓLICOS

**A** O cabo de oito dias de encêrro no quarto da hospedaria, D. Duarte de Bragança compreendeu-se prisioneiro. Para cada lado que se voltasse só via os arcabuzes dos soldados, ouvindo os chefes falando em espanhol.

Finalmente deixou-se o rebuço. Chegou a ordem para o conduzirem à fortaleza de Passaw, e êle alucinou-se. Mal acreditava que o imperador o abandonasse.

O arquiduque Leopoldo, senhorio do castelo, mandara aprontar aposentos no seu paço destinando-os ao possível regalo do príncipe.

Agradeceu aos oficiais de sua alteza a honra que lhe votavam, considerando-se, ainda, um vago detido, longe de ser um réu.

Quando quis assomar-se a uma janela do seu quarto luxuoso, viu-a engradada. Mal o irmão do imperante deixara a cidadela, houve o cuidado de barrar de ferro a ventana, a-fim-de eximir o enclausurado ao contacto com algum amigo.

Apareceu-lhe o doutor Navarro, da mesma hipócrita maneira, sempre usada no trato com o irmão de D. João IV. Por cada passo dado para êle sentia-se acrescentado em bens pelo seu soberano; mas, guardando a linha respeitosa dum inferior, punha-se a inquirir dos males que podiam affligir a vítima. Se estava doente?! Carecia de qualquer coisa? Considerava-se o seu servidor!

Geralmente, o Bragança era delicado e lhano; desta vez, porém, carregara o semblante e retorquirá, numa queixa, que era um arranco:

— «Como quere vossa mercê que viva um homem tão desditoso a quem todos atacam!?»

Contava, então, no maior aborrecimento e devéras molesto, que ouvira a um capitão do seu regimento, recém-chegado, alguma coisa que o maguara mais do que essa detença na albergaria e no paço arquiducal.

Como o visse sem o aprumo da ordenança, mostrara-lhe a distância das suas patentes, ao que o subalterno retorquirá ter recebido ordem do conde de Piccolomini para não o considerar já seu coronel!

E o príncipe, arrebatado, sentindo-se atingido na sua honra militar, vendo-se excluído da carreira, à qual tudo sacrificara, acabava desolado, dizendo terem provindo de mais alto aquelas determinações, pois o general não se atrevia a exautorá-lo sem a sanção do imperador.

Debalde o quis dissuadir das suas apreensões; por mais talentos que o doutor empregasse a convencê-lo, encontrava-o renitente e indignado.

A' oferta de dinheiro, que lhe seria entre-



gue em nome do embaixador de Espanha, respondera ter bastante para seus dispêndios, tanto mais que o albergavam.

Tomado por extraordinário pressentimento, acrescentou:

— «Se me faltar a comida, irei vendendo hoje um prato, amanhã outro, até esgotar os seiscentos escudos que valerá a minha miniguada baixela!»

O agente castelhano ia encaminhando a conversação para as coisas de Portugal e de Espanha, e êle mostrava-se agastado com os seus compatriotas que tinham preponderado no Conselho de Madrid.

Dizia-os de baixo nascimento, invejosos e rasteiros, sendo os culpados da irritação dos povos porque desejavam agradar ao senhor que lhes pagava.

Entregava-se a reflexões àcêrca do futuro de Portugal; e dizia vêr o Brasil e a Índia a perderem-se ao faltarem-lhes os socorros que se lhes mandavam anualmente. Evocava a «religião católica implantada naquelas paragens com o sangue de tantos mártires, as regiões conquistadas pelo valor dos cavaleiros portugueses a caírem nas mãos dos seus piores inimigos». Referia-se, na sua enorme crença, aos infiéis.

Se o deixavam só entregava-se ora à prece, logo às reflexões, lembrando-se de como deixara a espôsa no reino para procurar, no império, a glória tão cara à sua alma de batalhador.

D. Maria de Lara, tão nobre, formosa e inteligente, ignorava quanto êle sofria mas desolava-se de saudades. Evocava as de outrem, da Linda Inês cujo coração amoroso ela

ia cantando em versos nos quais punha a tortura do seu espírito alanceado.

Poetava em português e castelhano, tangendo a lira em sofrimentos, devorada na paixão pelo seu príncipe, o adorado espôso, que imaginava na guerra quando já era prisioneiro e bem vigiado pelos espanhóis ansiosos de vingar nele a perda de Portugal.

Frederico III sentara-se no trôno para presidir à Dieta Imperial de Ratisbona, julgando esquecido o acto que praticara em relação ao mancebo cujos feitos tinham ecoado nos exércitos.

Não o deixaram iludido quanto ao olvido que esperava.

Em determinado momento, os deputados, sentindo ofendida a dignidade do país pela acção do seu chefe, lançaram o protesto, no qual diziam: «que o império estava reduzido à servidão, a liberdade perdida, as leis injuriosamente quebradas, a fé germânica infamada para sempre, e, finalmente, que as idéias da Casa de Austria se viam perdidas por um negócio com o qual se sepultava a antiga liberdade da nação.»

A Espanha, que levara o imperador a semelhante passo, tivera, outrora, palavras condenatórias quando da prisão do príncipe Casimiro, em França.

Esquecido de tantos protestos, o embaixador de Filipe IV conduzira o chefe de estado a igual delito na própria cidade livre onde se reünia a Dieta.

Não podiam calar-se; uniam as suas razões, condenando.

Chegara, ao mesmo tempo, e muito bem

escrita em latim, a inquietadora carta do ministro português em Stokolmo e dirigida à assembléia.

D. Francisco de Sousa Coutinho, que fôra companheiro do príncipe, não esperava que lhe mandassem avisos para se manifestar a favor do cativo.

Relembrava os trabalhos e os heroísmos do seu antigo amo; as batalhas e as lutas em prol do país que ajudara com a sua espada e inteligência, tendo-o preferido à pátria e às riquezas que lá possuía.

Num rasgo fuzilante de cóleras e de lógica, perguntava:

«Quem poderá, d'óra-avante, oferecer-se ao imperador e servi-lo? Onde está a observância do direito das gentes e da fé púnica sob a qual militara o príncipe? Onde estão os prémios devidos aos beneméritos? E' assim que se paga o sangue derramado por um soldado valente?»

Demonstrava os direitos de D. João IV ao trôno português e acrescentava:

«Se os não tivesse, qual a culpa a imputar-se ao irmão separado dele por tantas léguas e lidando em missões bem diferentes, as quais eram o bem guerrear pela honra do império?! Embora D. Duarte se manifestasse a favor da revolução contrária aos espanhóis, porque razão a Alemanha o havia por traidor?!

«Ele militava sob as bandeiras do imperador e nanja ao abrigo dos pavilhões de Espanha. Se acaso tivesse ofendido Frederico III poderia ser castigado; porém assim, sendo dos seus mais fiéis guerreiros, não compreendia o acto que se praticara.»

## O SUPPLICIO DO INFANTE D. DUARTE

O documento inspirava maior revolta aos membros do cenáculo, sobretudo quando o autor se ungia da máxima lógica para dizer quanto desejava ir até aquele areópago defender os interesses do inocente; porém, mal se atrevia a dar semelhante passo em virtude da falta de segurança, nitidamente definida, na forma porque se procedera.

«Qual liberdade me será afiançada a mim, seu criado, quando se recusou a êle, meu amo?»

Não foram escutadas as vozes justiceiras; parecia que o sólio imperial se rodeava de pesados muros — os do oiro castelhano com que se ensurdeciam as consciências.

Durante cinco meses foi pensando, nos seus aposentos do paço de Passaw, aquêlê infante de Portugal, que, através das grades do seu cárcere, escutava as vozes dos habitantes da cidade, saúdando-o, e, por vezes, as dos instrumentos em serenadas.

Começavam a senti-lo amimado em demasia.

O embaixador espanhol queria-o mais desviado dos carinhos e das simpatias, ou, antes, mais perto da fronteira italiana onde desejava interná-lo.

Milão era feudo de Filipe IV. Numa das suas fortalezas inacessíveis estaria mais bem guardada a presa considerada refém para a gente de Castela, quanto o infante D. Fernando o fôra, outróra, para os selvagens marroquinos.

A diferença era imensa entre a forma por que aqueles príncipes tinham sido cativos. O irmão de D. Duarte entregara-se em penhor de cumprimento da palavra da cedência de

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Ceuta, após uma derrota dos portugueses; o irmão de D. João IV fôra colhido de surpresa quando andava ajudando o imperador a vencer os seus inimigos e os da Igreja.

Havia dois séculos que os infiéis tinham vitimado, no recesso selvático de Fez, o príncipe tornado seu prisioneiro. Ia repetir-se o crime nefando, na Europa, em nome de rei católico.







## QUARTO QUADRO

### OS DOIS REFENS

**F**RANCISCO DE LUCENA, secretário de estado de Portugal, fizera, tardiamente, a prevenção ao infante àcerca da revolta libertadora. Sabendo-o preso dos castelhanos, nem por isso detivera, em Lisboa, o refém que devia corresponder-lhe: a duquesa de Mantua, antiga governadora do reino (!).

Convencera o monarca de que sem a presença da parente de Filipe IV, no convento de Santos, terminariam as conspirações e, enquanto o embaixador espanhol em Viena tratara da clausura do príncipe, êle lidou para que se deixasse partir a boa presa.

Bichanava, a fidalguia, pretender, o homem de estado, agradar ao rei vencido a fim-de ser consentida a liberdade dum seu filho residente em Madrid. A trôco do seu herdeiro concedia a duquesa. Não o salvavam da pécha de traidor e de encapotado agente

---

(!) 1640 — Colecção «História» — 2.<sup>a</sup> Série.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

do estrangeiro, embora êle se mostrasse muito apressado a querer punir o menor sintoma de desestima pelo trono.

Chegaram a dizer-lhe, cara a cara, ser melhor cambiar os dois personagens; mas, valendo-se da sua habilidade e engenho, fingia não ouvir o que lhe sugeriam.

«El-rei de Castela — asseveravam os contrários — quando não fôsse mais que por reputação, como constava de várias cartas do infante escritas a el-rei, lhe convinha procurar vêr fora da prisão, que padecia por seu respeito, a duquesa de Mantua, pessoa em quem concorriam todas as prerrogativas de grandeza e que, estando dentro do convento de Santos, fàcilmente se lhe podia evitar a comunicação com castelhanos e portugueses.»

O secretário de Estado desencontrava-se nestas opiniões e, quando a cativa solicitou licença para se volver a Espanha, êle teve artes de interessar a rainha na liberdade da dama que pôde sentir-se em transe de partida para o agasalho da sua côrte.

Para D. Luisa de Gusmão, que tanto se empenhara pela independência, mais devia valer o sustentar-se o trôno do que a vida do cunhado do qual jãmais gostara. A saída da antiga vice-rainha representava um desalento para os conjurados que ela sentia a moverem-se na sombra, e, influindo, de bom ânimo, pôde conseguir a desejada ordem para que transpusesse a fronteira quem tanto incómodo podia causar.

D. Margarida de Austria suplicara a sua libertação quando soubera da conjura que o



## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

arcebispo de Braga andava engendrando (<sup>1</sup>) mas, ao vê-la um pouco desatada, demorara-se, varonilmente, a querer animar os conjurados. D. João IV, gravemente lhe ordenara a rápida largada para a fronteira e, desta vez, foi a duquesa quem objectou crendo vitoriosa a sua obra, deixando muito bem cerzidos os elementos da revolta que estalaria quando se encontrasse a distância.

Quási a impeliram, à fôrça, para a salvação, tão pouca era a segurança em que se vivia. A grande dama simbolizava um estandarte; receava-se que congregasse os fidalgos vencidos, os amigos de Castela, e, então, empurravam-na para a raia deixando em ferros o príncipe que se devia trocar pela sua pessoa.

O corregedor de Lisboa, Luís Gomes de Bastos, appareceu à portaria do mosteiro. Encarregado de escoltar a prisioneira, mal parecia um carcereiro. Ia investido numa missão pouco de acôrdo com o cargo. Prendia a até à fronteira, acompanhado por Semião de Oliveira da Costa, juiz do crime; depois mandava-a em paz, sentindo-se mais aliviado, como se baldeasse todo o perigo além do Caia.

Conduzida a Elvas ela encontrou, a duas léguas da cidade, o governador, Martim Afonso de Melo, com numerosa tropa para lhe prestar as honras, exactamente como se ainda reinasse.

O chefe e os officiaes falavam-lhe em respeitosas vénias. Debalde solicitava que se cobrissem e era de vêr como, cada um, mais baixo, veniava. Dir-se-ia que a duquesa de

---

(<sup>1</sup>) O *Suplício do duque de Caminha* — Colecção «História» — 2.<sup>a</sup> Série.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Mantua ainda dirigia o reino emancipado. Por êste tempo, no seu quarto de Passaw, D. Duarte de Bragança constatava a existência de varões de ferro nas suas janelas e via, com mágua funda de comandante, o irrespeito dum capitão do seu regimento a desautorizá-lo, por ordem do general em chefe.

Acolhida, a augusta viajante, no convento de S. Paulo, fóra da cidade, encheu-se de alegria ante o tratamento, pingue e cerimonioso, das religiosas. Consideravam-na vice-rainha.

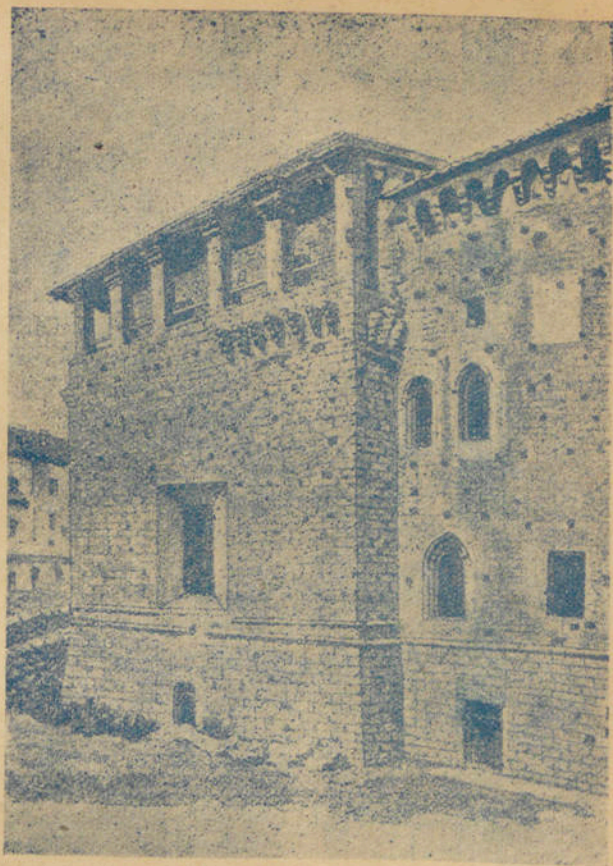
A mulher que tanto valor mostrava e cuja pessoa devia responder pela do refém do embaixador espanhol, em Viena, começou a sentir que não mandava quando entrara no refúgio dos frades o ouvidor de Vila Viçosa.

Parece que D. João IV, atilado como era, só tinha confiança em magistrado de sua casa e conhecimento para cumprir a missão delicada de revistar a duquesa antes de a deixarem internar-se em Badajoz.

Martim Afonso de Melo indignou-se com o que considerava vexame para dama de tão grande prosápia, à qual tratava em esmeros de gentileza.

A-pesar-de tudo, cumprira-se a deliberação régia. O ouvidor foi peremptório e obediente e quando se constatou quanto era pequena a quantia guardada pela antiga vice-rainha, no olhar do soldado, galhardo ou temeroso do regresso dos castelhanos, passou uma sentença acusadora.

Pouco deviam importar ao juiz aquelas carregadas vistas. Não era o dinheiro o motivo mais próximo da sua busca; as verdadeiras razões concentravam-se nos papéis que sua alteza devia esconder nos vestidos e



CASTELO DE MILÃO

«**O**RDENO ao coronel D. Jacintho de Vera, que vá ao quartel de Leypen prender o príncipe de Bragança, e, que, não podendo prendel-o, o mate e, que vivo, ou morto, me traga o seu corpo.»

(Ordem do general Piccalomini. — José Silvestre Ribeiro — *Esboço Histórico de D. Duarte de Bragança*).



talvez, por êles, se vislumbrasse, mais claramente, o trama conjuratório.

Apresentou alguns pergaminhos. Eram — dizia com arrego — cartas do Papa, de Filipe IV, de seu esposo, missivas íntimas, particulares, com as quais pouco teria a vêr a justiça.

A duquesa de Mantua imaginou dominar o enviado do rei mas, do mesmo modo teimoso, êle prosseguia no desejo de examinar os documentos.;

Ràpidamente, tomada de desespero que mascarava de majestade, a inquirida ordenou a um criado que queimasse o rôlo, atirando-lho, de rompante.

Correu aquêle a obedecer. Em tôrno, todos censuravam o magistrado escrupuloso, que parecia muito altivo da confiança do amo. Disse-se, porém, que êste, depois, lhe ralhara por tão instante procedimento contra a delicadeza. Naturalmente, fôra mais uma das hábeis dissimulações do duque de Bragança, aumentadas no seu papel de soberano.

No dia seguinte, Martim Afonso de Melo, governador de Elvas, montou a cavallo e colocou-se à estribeira do coche que transportou a duquesa de Mantua a Badajoz.

Entrara-se na campanha, mas as hostilidades cessaram ante a passagem da augusta senhora e do cortejo de portuguezes e espanhóis que a sequitava.

Tudo eram deferências, de lado a lado; o conde de Monte-Rey, general castelhano, acolhia, com gentilezas, os officiais que seriam, em breves horas, os seus adversários nas escaramuças.

D. Margarida de Austria, ao despedir-se

deles, sentia-se «mais obrigada da cortesia dos soldados que do trato dos cortesãos».

Dêste modo se acolheu ao consolador refúgio de Castela a perigosa e altiva dama que governara Portugal.

No castelo de Passaw, o irmão de D. João IV começava a sentir as desatenções, tanto na vigilância excessiva como no trato de alguns dos seus visitantes.

Discutia-se a sua passagem para Gratz e perguntava-se, oficialmente, se o deviam considerar «réu do crime de lesa-majestade ou como cavaleiro».

Lançaram-se sôbre os seus papéis, sem cerimónia, exigindo do seu criado, Luís Pereira, as chaves dos móveis, a-fim-de se aposarem dos segredos de sua alteza.

Interrogavam o preso, àcêrca de Portugal, e êle condenava Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos, acusando-os de exercerem a tirania sôbre o povo e originando a revolta. Não condenava os espanhóis, talvez por tática; dizia a sua pátria desgarnecida de exércitos, temendo pelas colónias e afirmando, sempre, a sua inocência mais que provada.

Chegara o momento de o avisarem da partida para Gratz. Percebeu que o desejavam em mais resguardo, numa praça forte da qual ninguém pudesse libertá-lo, e apenas soube dizer, sem falha de altivez e grandeza:

— «Façam o que quiserem; não sou senhor da minha vontade. Se visse entrar a morte por aquelas grades, sentí-la-ia bem vinda!...»

E depois, ardendo na sua fé, acrescentou:

— «Que Deus aumente a minha paciência e venham os trabalhos.»



## QUINTO QUADRO

### «EL HIJO DEL GIGANTE»

**H**AVIA no império alguém dedicado à piedade pelos sofrimentos do príncipe de Portugal. Era o arquiduque Leopoldo. Sucedeu-lhe no interêsse o duque Alberto da Saxónia que o foi visitar, cercado de senhores, cavaleiros, titulares e camaradas de D. Duarte.

Deram-lhe, por vezes, guardas de honra magníficas em vez dos carrancudos carcereiros de origem castelhana, e até mandaram dessoldar as grades das janelas para não se vêr como prisioneiro.

Já estivera prêso com cadeia no braço. Levantavam-lhe os ferros e queriam pleitear por sua liberdade.

O doutor Navarro, agente de D. Francisco de Melo, embaixador de Castela, seguia e anotava todas estas deferências mostrando-se, todavia, dum grande respeito na presença da sua vítima.

Filipe IV, ao vêr triunfante a política do seu ministro, conde-duque de Olivares, auto-

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

rizara o prêmio a quem soubera enjaular o irmão do soberano português.

O parente dos Braganças, diplomata do encarceramento, mandara enviados a Madrid com os pormenores à cerca dos meios a seguir para que não lhes escapasse a vítima e recebera, com os agradecimentos do valido real, a nomeação para o govêrno da Flandres.

Substituíra-o e devia acolher as suas instruções o filho do marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel de Moura Côrte Real.

O pai, o celebrado Cristóvão de Moura, fôra o infame agente da perda da independência portuguesa. Amigo de Filipe II, vivendo na côrte espanhola, num estreitamento de simpatia, tornara-se o alquilador das consciências dos nacionais capazes de se almoedarem. Eram muitos para vergonha dos contemporâneos de Camões, que ia cantando os feitos dos avós de tão vis netos.

Encarregara-se, o primeiro marquês, de acelerar a decomposição. Voejara, como um vampiro, putrefazendo as almas, já de si corrompidas pela falta de oiro encanado para o erário do sultão vencedor de Alcácer-Kibir. Aquela época do desastre era a da derrota dos descendentes dos cavaleiros esforçados de Aljubarrota e de Toro.

Jâmais um português fôra tão prejudicial à sua pátria como o pai do novo embaixador de Espanha em Viena. Durante dois reinados enchera-se de dinheiro e de honrarias.

Gentil-homem da casa do príncipe D. Carlos, talvez tivesse ajudado ao seu assassinio vingando o amo sinistro, se não é lendário o envenenamento do herdeiro do trôno ordenado pelo próprio autor de sua vida.



Deixara o filho grande de Espanha e êle seria muito querido de Filipe IV. O sangue do traidor germinara bem. Aumentaram os réditos da família e, elevado à embaixada da Alemanha, ia rematar, com ódio, a obra de aniquilamento de um infante português como o seu antepassado produzira a perdição da própria pátria.

Levava ordens largas para dispendir sem conta; poderia ofertar ao imperador o bastante para cogular o seu cofre exausto. Fernando III precisava continuar a guerra; sem pecúnia não movia regimentos e mais valia a morte dum estrangeiro, embora seu crêdor, do que a derrota fatal se não pudesse sustentar as legiões.

O doutor Navarro ficava junto do diplomata a esclarecê-lo àcerca das mínimas peripécias daquela prisão.

Entendiam-se bem; e, num rasgo entusiasmado, ante o novo senhor, tão talentoso, não se coíbia de narrar ao governador da Flandres como se o visse trabalhar em arrancos de génio:

— «El marquez de Castelo Rodrigo — declarava êle — es verdaderamente hijo de gigante.»

O filho do gigante — como lhe chamava, louvaminheiro e interessado — impelira, com mais ardor, o desenlace daquêle trágico acontecimento.

Enquanto o infante estivesse no território germânico sempre haveria, à sua volta, as simpatias dos senhores e dos camaradas. Sentimentalmente, lamentavam o denominado «pai dos soldados». Quem sabe se um dia não o procurariam debalde no seu cárcere?!

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Conseguira-se redobrar as cautelas em torno do prisioneiro e, possivelmente, cadeias e carcereiros.

O delegado espanhol afirmara, satisfeita e claramente, para o seu antigo chefe:

— «Suponha V. Ex.<sup>a</sup> cartuxo a D. Duarte e não se canse em recomendá-lo, porque está cada vez mais encadeado.»

Os grilhões fôram-lhe lançados e êle próprio os jungira na mão esquerda. Tiraram-lhe todos os objectos que podiam servir-lhe de corrupção, de gáudio ou de suicídio. Queriam fazer-lhe sentir o «desengano de não ser infante mas prisioneiro.»

Vigiavam o pessoal que o servia e enquanto à alimentação, em vez do regalo dum cozinheiro escolhido, como êle sempre tivera, davam-lhe um vulgar moço de rancho, o bastante para tratar das magras sopas do que consideravam tão encarcerado como um frade cartuxo, dos que viviam nos *in-pace*.

Acabaram por prender os criados que o tinham acompanhado.

Êle vingava-se, escrevendo a Fernando III uma carta cheia de nobreza e altivez:

«Muitas vezes tenho manifestado a Vossa Majestade Cesarea a grande injustiça e agravo que se me faz, quando eu, por haver deixado a pátria, e a comodidade da minha casa e havendo servido oito anos Vossa Majestade, com tanta satisfação como sabe todo o mundo, esperava receber grandes favores. Agora entendendo que o marquês de Castelo Rodrigo, continuando o mesmo que já havia intentado D. Francisco de Melo, procura conduzir-me para Milão para que eu sirva de zombaria e

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

sacrifício ao ódio e indignação dêste e doutros ministros; porém espero da grandeza de Vossa Majestade que não queira romper em mim as leis da justiça e aquêle direito no qual me constituíram a hospitalidade e fé pública e inviolável entre as mais bárbaras nações.»

Prosseguira nesta queixa, ardente e orgulhosa.

Parece que tais dizeres influíram no ânimo, já abalado, do imperador farto de ouvir os protestos dos vassallos.

O prisioneiro recebeu um escrito, assinado pelo conde de Traudmansdorff, no qual se exprimia a resposta do soberano. Sua majestade «não queria agravá-lo na sua aflição, mas aliviá-lo muito depressa, e, em sendo tempo, fazer-lhe todo o favor, o que se me oferece referir beijando-lhe as mãos.»

Devia ser um grande consôlo para o desditoso, semelhante missiva de esperança.

O embaixador castelhano começara a sentir uma grande resistência na côrte; de balde D. Francisco de Melo movia, da Flandres, a sua antiga gente do séquito; desanuviara-se o ambiente, sentia-se a vitória a declinar.

Fernando III quási acordara em libertar o infante quando se empregou para com êle o último recurso, o mais poderoso, aquêle que não recusava, pois com o produto da infâmia salvaria a sua pátria.

Chegara o momento da oferta do dinheiro, capaz de custear as despesas da grande guerra em que andava empenhado.

Havia vinte e três anos que durava essa luta, da qual não podia desinteressar-se sem perder a corôa. As suas falanges exaustas,

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

falho o áureo sangue do tesouro, que lhes alimentasse as energias, poderiam alcançar os triunfos desde que o dinheiro apparecesse.

A quantia era tentadora. A traição parecia menos negra, assim doirada pelas moédas novas sob a effigie do imperador, cunhadas com o metal precioso mandado de Castela.

Deslumbraram o neto dos Césares com quarenta mil rixdalers. Era uma fortuna; equivalia a quarenta mil cruzados de Portugal que não negociava, em quantias de tanta monta, a liberdade do seu príncipe.

Ainda, como no tempo de D. Duarte, quando o infante D. Fernando varria as cavalariças do rei de Fez, se moviam as más vontades e as intrigas demorando o suplício do cativo. Em Lisboa D. João IV ordenara aos seus embaixadores que protestassem, junto dos govêrnos onde estavam acreditados, a-fim-de se tentar qualquer acção, por mais violenta, a favor do inclausurado. Era o único alento.

Os espanhóis pensavam na escolha do lugar para onde o transportassem, sem perigo de o verem fugir ou de lho roubarem durante a jornada.

Pensaram em mandá-lo para Espanha mas hesitaram, não confiando em todos os portuguezes que residiam no reino; seguiu-se a idéia de o levarem a Nápoles; porém, recearam a passagem nos estados livres da Itália. Decidiram-se pelo primeiro pensamento: enjaularem-no no castelo de Sforzesco, em Milão, e deixarem-no apodrecer no cárcere.

Fernando III vendera-o com a própria honra. O marquês de Castelo Rodrigo devia sentir-se «el hijo del gigante».



## SEXTO QUADRO

# AS CARTAS DO IMOLADO

**A** FATALIDADE adivinhou-a êle. Por mais que lhe jurassem não ser verdade quererem entregá-lo aos espanhóis, asseverava tal desígnio. Ouviu, da própria bôca do doutor Navarro, a certeza da falsa nova que o atormentava e sorriu dolorosamente.

Se duvidasse, um instante sequer, em breve teria a certeza de que o tinham garreado, quando o letrado, sem o menor pejo, entrou nos seus aposentos à frente da soldadesca.

D. Duarte de Bragança còrou pela infâmia e descaro daquele homem, ainda dobrado numa vénia, a intimar-lhe a ordem de o acompanhar.

La lançar-lhe em rôsto todo o seu desprezo e nojo, quando viu avançar uma figura sua desconhecida e a qual, no ar mais grave, penalizado e respeitoso, se apresentava mostrando-se tão entristecida pelo papel que a levavam a representar quanto tocada de pesar pelas dôres do condenado.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

O príncipe fôra alto, còrado, loiro, esbelto, porém engordara na prisão e empalidecera. Já se cavavam duas rugas aos cantos dos seus olhos fuzilantes de cólera ante o que lhe sucedia.

A personagem apresentava-se. Chamava-se o barão de Stumberg, desempenhava o cargo de comissário imperial; coubera-lhe a tarefa de o conduzir à fronteira e ali estava mais torturado do que se o tivessem prendido.

Aguardavam-nos duas carruagens cercadas por cavalaria. Uma destinava-se ao príncipe e ao barão, a outra ao séquito que lhe deixavam, aos seus criados, os quais conduziam as bagagens, quadros, livros, a baixela que lhe abandonavam, porque, ao encarcerarem-no, não pretendiam roubá-lo. Já bastava a Fernando III o oiro porque o vendera. O irmão de D. João IV deixara-se envolver pelo desânimo. Durara-lhe, porém, pouco aquela atitude. De futuro, vê-lo-iam, de cabeça erguida, desprezando os traidores que o tinham almoedado e, contemplando uma jóia pendente do seu pescoço, pensaria ser êle mais infeliz de que o rei seu primeiro possuidor.

Era um colar de oiro, ornado de soberbo diamante a formar o medalhão no qual se continha uma relíquia. Pertencera a el-rei D. Sebastião, que o dera a D. Duarte, pai do cativo. Como não acreditava que o soberano tivesse sobrevivido à batalha e detestava os sebastianistas, preferia a má sorte que alcançara o monarca à desdita que o pungia. Mais lhe valera ter acabado em qualquer campo de peleja, antes de conhecer a perversidade do imperador ao qual tão bem servira.

Alcançou licença do comissário imperial

para se dirigir ao primeiro ministro do soberano a mostrar-lhe, mais uma vez, a injustiça com que o tratavam; e o outro, em caridoso movimento, permitiu-lhe o desabafo. Outra coisa não seria aquela queixa, desde que pouco tardava para a sua entrega aos espanhóis.

Escreveu com a pena embebida na tinta do desespero e aparada pela mais terrível das dôres.

Acusava o marquês de Castelo Rodrigo e Francisco de Melo, num ardoroso ímpeto de bem castigar: «confesso ter sido a infelicidade de todas as minhas crueldades, acharem-se em Alemanha nesta ocasião êstes dois ministros portuguezes, que têm tomado por assunto para se venderem assinalados e fazerem crédito na côrte de Espanha, abrindo o caminho nos seus novos interêsses, precipitar-me, e com todo o seu estudo, procurar a minha ruína.»

Era assim. Sem aqueles compatriotas, desejosos de se enaltecerem e medrarem, servindo os espanhóis, êle poderia ter passado a Portugal ou continuar a servir o imperador a quem não poupava:

«Este grande príncipe me fez prender, sem haver em mim êrro ou falta alguma, como êle tem muitas vezes confessado e me tem mandado dizer. A boa fé, a realidade, as leis da hospitalidade chamão e não forção.»

Narrava os sofrimentos dos dezoito meses de cativo; tanto penara que se lhe tinham apagado as recordações dos dias bons.

Procurava casos semelhantes aos seus, encontrando grandiosidade em vez de felonias

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

quando a algum soberano se pediam refugiados em seus reinos.

D. Manuel de Portugal recusara a entrega de «homens plebeus, principais cúmplices da rebelião que, naquele tempo, perturbou toda Castela.»

Carlos VIII, de França, não quisera entregar ao imperador da Turquia «um irmão do mesmo turco, que dele era temido, e contudo aquele era um infiel.»

E, num cúmulo, arrebatado e em máximos argumentos, ia dizendo da sua grande miséria ao comparar-se com outras personagens, mais culposas do que êle jâmais fôra:

«O Sereníssimo duque, meu pai—acrescentava do mesmo modo—sendo feito prisioneiro na batalha em que se perdeu el-rei D. Sebastião, foi levado à presença de Muley-Hamet, rei de Fez e de Marrocos, e o qual, vendo-o coberto de sangue, não pôde reprimir as lágrimas à ternura. Fez-lhe curar as feridas, tirar o vestido ensangüentado e o mandou tratar igualmente como a seus filhos, regalando-o à sua própria custa e mesa, acumulando honras e sinais de amor e piedade; e, todavia, o moço prisioneiro tinha deixado a Pátria para ajudar a tirar-lhe a corôa e meter a êle e seu povo em servidão, privado da fazenda e vida.»

Era como uma bofetada na cara do soberano que o vendera. Parecia que a mão do Bragança, vestida de bom guante, estalava no rosto do príncipe que o almoedara, como a marca do insulto em paga do mal a que o votara.

Comparar o poderoso e católico Senhor a



um infiel bárbaro marroquino representava a sua derradeira chancela de desprezo.

O barão Stumberg, lendo a carta, deixou-a partir. Não sentia a coragem de tirar ao prisioneiro aquele último desagravo.

«Tendo eu desamparado a pátria para alistar-me debaixo das insígnias e bandeiras imperiais e numerar-me entre aqueles que servem o imperador para sustentar-lhe a corôa ante o seu inimigo, manter a sua causa, derramar o sangue e expôr a minha vida por defender a sua, e pela conservação do seu estado, êle, em contra-câmbio, me tem feito escravo sendo livre, me tem tratado em inimigo sendo eu seu fidelíssimo servidor; e quando eu sòmente lhe rogava me conservasse seu prisioneiro debaixo das suas cadeias, me tem conservado, por avareza, em mãos de meus inimigos! Crueldade, sem dúvida, e grandíssima impiedade, entregar uma pessoa ao árbitro do ódio e da ira, fazendo interêsse próprio a minha morte e ruina e sem atenção à minha inocência e fazendo-se acusador e feroz em coisa que não lhe toca.»

Infortunado príncipe êle era e, para demais, crente em que aquelas letras poderiam abalar o espirito de quem já lhe confessara não o vêr como um culpado. Arrebatadamente se entregava aos ferros da má sorte, ao fechar a carta:

«Eu, quanto a mim, tenho esta vantagem sôbre a fortuna, que de agora em diante as suas injúrias, por violentas e precipitadas que sejam, jâmais me serão novas e estando costumado às aflições como escravo à cadeia.»

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Vinha, de seguida, a altivez e a honra a esmaltarem o pergaminho no qual alguém poderia achar súplicas:

«A necessidade e o sofrimento me ensinam a sofrer constantemente; o hábito faz fácil o sofrimento; só a consolação que adianta a minha miséria é que não pode ela receber maior aumento.»

Chegara à fronteira. Uma legião de duzentos e trinta soldados o aguardava, sob o comando dum sargento-mór. Era nos confins da Vitalina. O governador de Milão, conde de Siruela, recebera ordens severas àcêrca do prisioneiro que devia internar no castelo da Rocheta, inacessível e sombrio, no meio do domínio espanhol.

O comissário imperial, depois de recolher o recibo da entrega, curvara-se diante da augusta vítima de seu amo e quisera beijar-lhe a mão que lhe recusou, exclamando, na presença das guardas e dos oficiais:

«Dize ao imperador que sinto mais ter servido um príncipe tirano que ver-me prisioneiro, vendido e entregue aos meus inimigos. Mas permitirá Deus venha quem faça o mesmo com seus filhos, os quais não são mais privilegiados por serem da casa de Austria do que eu, que sou do sangue real de Portugal. As histórias falarão por êle e por mim.»

Ao terminar, saúdou o fidalgo, endireitou o busto e foi meter-se na escolta que o acolhia, silenciosamente, numa continência devida à sua gerarquia e ao seu infortúnio.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

D. João IV, ao ter conhecimento das torturas infligidas ao irmão, transmitira ordens aos seus embaixadores, não só para fazerem protestos sucessivos junto dos governos mas, também, para providenciarem a-fim-de não faltar o menor conforto ao sacrificado. Só lhe podiam enviar dinheiro, por intermédio de mercadores, e assim começava a fazer-se porque os espanhóis mal proviam ao sustento condigno do seu prisioneiro.

Aquela voz amaldiçoadora da Casa de Austria prolongar-se-ia, através dos séculos, caindo sôbre a descendência do príncipe que entregava, por dinheiro, o seu parente e par.







## SETIMO QUADRO

# O PRISIONEIRO DA ROCHETA

«**E**STA é a espada que trouxe de Portugal para servir o Império; com ela alcancei a satisfação que vêdes; não quero que entre comigo no senhorio de Castela. Fique a um de vós, em penhor do meu agradecimento.»

Tinham escutado, comovidamente, esta despedida do infante, que ofertava a lâmina gloriosa a um dos oficiais da sua escolta.

Já se avistavam as torres vetustas do castelo de Sforzesco, vasto, soturno, sinistro em suas legendas.

Galeaso II edificara-o, havia perto de trezentos anos, como um titan ameaçador para os rebanhos populares que, transformando-se ante os sofrimentos, o aniquilaram. Outros senhores vieram e a fortaleza surgiu, mais pimpante, entre seus jardins que contrastavam com a severidade das ameias, tanto como as magnificas salas eram dispareas das casamatas.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Quando Milão proclamou a república, novamente se derruíram os muralhões, depois reconstruídos pelo duque Francisco Sforza.

Na sua nova reincarnação, era uma terrível praça forte, rodeada de fossos e servida por altíssimos baluartes, enquadrando a Rocheta — antiga casa de honra, denominada o *Aposento* — e ali internaram o prisioneiro.

Mesquinhos e ordinários eram o mobiliário e o passadio; rigorosa, só a vigilância.

O governador da cidade, D. Juan Velasco de la Cueva, conde de Siruela, encargava-se de tornar impossível a fuga do prêsso que seu amo lhe confiava.

Ajudava-o o chanceler-mór D. António Briqueno Roucelo, conde de la Riviera, tendo sido transmitidas ordens rigorosas, àcêrca do infante, ao oficial a quem cabiam as honras de chefe da castelania.

D. Fradique Enriquez, o alcaide dessa fortaleza, era um velho reformado cuja vida se passara nas guerras e mal poderia entender-se em delicadezas com um descendente de soberanos. Encarregaram-se do processo do irmão de D. João IV, os senadores Arias, espanhol e Aresi, italiano.

Consentiram que D. Duarte albergasse consigo onze servos, entre os particulares e oficiais de cozinha, além duma criada. Deram-lhe quartos para instalar a sua bagagem, na qual figuravam livros, baixelas e alguns móveis de gosto; e, deixando o prêsso naquêlê âmbito, pareciam desejar que se aborrecesse enquanto o tempo, decorrendo, lhe fôsse abreviando a vida.

Êle entregava-se à leitura e escrevia a miúde; penetrava-se, cada vez mais, das ver-

dades da religião; vivia na esperança de todos os cativos — a da liberdade — e, naturalmente, tentou-a, por palavras, julgando-se pouco vigiado.

Uma manhã, soaram tambores, em rufos atormentantes, convocando, para a parada, os habitantes do castelo, que eram, além dos soldados, a gente do séquito de sua alteza.

O notário, Jerónimo Legnani, leu o bando ameaçador no qual se declarava:

«Fazemos saber a todos que guardam ou servem a D. Duarte, que apenas virem ou sentirem a mínima cousa, que directa ou indirectamente dê indício da fuga do castelo, avisem sem a menor demora a Sua Excelência. O governador ou o oficial que então estiver de serviço impedirão, ainda empregando a fôrça, tudo o que fôr ou parecer prejudicial à custódia do prisioneiro, sob pena de morte.»

Prometia-se guardar segredo do nome do denunciante — e isto era peitar os lacaios do infante — ao mesmo tempo que se espalhava o terror.

O prisioneiro sentia-se abandonado. Recebia dinheiro, proveniente das ordens vindas de Portugal para os mercadores, porém mal lhe era dado utilisá-lo com largueza. Empregava-o no seu sustento, visto Filipe IV ter ordenado poupanças nas verbas destinadas ao passadio da vítima.

Mandava, claramente, advertir o conde de Siruela «que parece em extremo crescida a despeza maiormente no estado em que se encontra a Real Câmara. É, portanto, minha

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

vontade que se limite ao simples sustento de D. Duarte e dos criados indispensáveis para o servirem».

Aumentaram, ainda, as quantias enviadas ao príncipe com o consentimento de Castela, que, dêste modo, guardava um refém, à custa do qual sustentava os próprios carcereiros.

O tempo não modificara em coisa alguma a maneira por que se exercia a guarda do môço, que se desesperava entre as paredes da Rocheta.

Engordara excessivamente por falta de exercício; perdera a agilidade; as faces entumecidas, os olhos soterrados na gordura, empapado, mal se movia nas salas escuras, andando sempre vigiado.

Um tríplice muralhão o separava da liberdade, além dos fossos, atalaias, e a linha de sentinelas. Difícilmente se lhe achegaria alguém que pudesse pô-lo em contacto com o mundo.

Entretinha-se, porém, em demoradas práticas com a seu confessor e logo appareceu o tenente do castelo, Juan Gil Evia, que, em bons modos, lhe comunicou as ordens recebidas, as quais consistiam em mudar de director espiritual.

Era num período em que alguns príncipes e soberanos, movidos pelos plenipotenciários do D. João IV, pretendiam arrancar o prêso às garras filipinas; e imaginou-se que o reverendo poderia servir de intermediário entre o enclausurado e os seus amigos.

Mais uma vez, o príncipe retorquiou com o habitual brio. Confessava-se a um jesuita; à Companhia de Jesus pertencia o padre Baltasar Guerreiro, que, em Lisboa, o convocara



para a revolução, apresentando-lhe os fidalgos conspiradores; por consequência êle ficava obrigado, por determinação do governo castelhano, a procurar outro religioso para seu trato mas fóra das roupêtas ignacianas.

Numa das suas eloqüentes rajadas, respondeu ao tenente intimador:

— «Se eu estivesse cativo em Argel seria, por certo, mais bem tratado; ao menos havia de ter o confessor que fôsse mais do meu contento. Meu pai teve dois anos de cativo na Barbaria e ali o agasalharam como se estivesse na sua própria casa! Sôfro todos êstes agravos pela causa de el-rei, meu irmão, da minha família e da minha pátria: se dez mil vidas tivesse, dez mil vidas perderia de bom grado por tal causa. Servi o imperador, mas antes tivesse servido o Grão-Turco! Se não querem deixar-me o confessor, confessar-me-hei com o sargento-mór ou com o castelão.»

Corria, na Europa, um pleito a seu favor. A guerra desencadeava-se, ferozmente, entre a França e a Espanha; Portugal batia os castelhanos nas suas fronteiras e a Austria, ardendo na luta que cumpriria em breve trinta anos, esgotava os restos do oiro da venda do desditoso príncipe.

Êle mantinha a mesma altivez diante dos carcereiros; se desabafava era com algum dos servos ou com o novo confessor que lhe tinham consentido, o carmelita frei Timóteo de Ciabra Pimentel.

Tornava-se alvo de desconfianças maiores à medida que as negociações diplomáticas avançavam e a Espanha, cansada, sentia o seu império a ruir no fragor dos combates.

Acusaram-se os oficiais do castelo — o ca-

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

pitão Blas de Morales e o alferes Molina e Sece — de tentarem dar fuga ao prêso. Inquiriu-se, rigorosamente, e fôram baldadas as esculcas que se fizeram. Mandara-se activar o processo. Imaginava-se que condenariam o prêso à morte, ao cabo de seis anos do presídio, pois tantos tinham decorrido desde a clausura em Sforzesco.

O governador foi substituído por outro mais jôvem, D. Juan Vasques Coronado; nomearam-se membros para a comissão que devia julgar o infante e ao chanceler-mór, D. Jerónimo Quixada, agregara-se o advogado D. Nicola de Castro, Aresi, e o secretário Bigarolo. Nomearam um defensor para o suposto réu do crime de lesa-majestade e êste foi o marquês Carlo Galarate, ao qual foi permitido avistar-se com o cativo.

Buscava-se a base para o condenarem ao suplício, parecendo-lhes pouco o internamento, ou imaginara-se que êle se podia escapar, em virtude das cláusulas de paz que as nações impunham à Espanha.

O cativo prosseguia no seu orgulho. Resignava-se orando diante das imagens que sempre conservara com intensa fé e contemplava a medalha, preciosa recordação do monarca vencido em Alcacer-Kibir.

Por intermédio dum servo recebera um bilhete amigo do duque Alberto da Saxónia; mas, receoso de que o pudessem acusar de hipócrita, entregara a missiva ao governador. Escrito com tinta simpática, revelavam-se-lhe os caracteres desde que se metesse o pergaminho dentro de água. Êle sabia-o e não quis guardar para si essas palavras de ternura.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

Não o podiam culpar.

Instava-se pelo fim do processo, ao mesmo tempo que se viam chegar as capitulações e se anunciava o início da paz de Westefalia.

Uma das exigências da França era a entrega de D. Duarte. Os espanhóis, em funda irritação, demoravam a luta sòmente para não cederem.

E, na Rocheta, o príncipe sofria dolorosamente, em luta com os carcereiros, quando o mundo anunciava tréguas.







## OITAVO QUADRO

# O PRÍNCIPE VENDIDO

**P**ARA Fernando III, o legítimo soberano de Portugal chamava-se Filipe IV. Assim o declarou durante as negociações para a paz, ao vêr a intervenção dos ministros de D. João de Bragança.

O monarca espanhol enviúvara e fôra procurar nova espôsa na família do imperador que lhe entregara, por dinheiro, o sacrificado infante.

D. Maria Ana de Austria tornou-se rainha de Espanha, e, atravessando dos Estados paternos para a côrte de seu marido, chegou a Milão, ao som poderoso das artelharias. Receberam-na com pomposos festejos; rodearam-na de manifestações e de carinhos, celebrando-a como a uma divindade na capital cujo castelo, avultando nas suas paredes nêgras, lhe devia lembrar o príncipe que ela vira e tratara, outrora, nas salas palaciegas de Viena. Sequitavam-na damas, com as quais o infante galanteara durante os bailes, e gentis-homens

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

que lhe tinham dado palavras de amigos. Ele aguardava, ao menos, uma palavra de consôlo, já que seria ousado imaginar a possibilidade duma visita.

Durante dois meses se demorou a noiva de Filipe IV na cidade, sem que tentasse o menor passo a favor do prisioneiro. Ao chegar a Madrid devia ter esquecido até o seu nome, embora lho lembrassem, por vezes, no fragor das batalhas diplomáticas.

Largamente se tratara do infante, logo que se começara a falar em paz. O conde da Vidigueira, ministro em França, apontava ao cardeal Mazarino os horrores que sofria o irmão do rei português.

Igualmente «monsieur» Lanier, plenipotenciário francês em Lisboa, insistia em prol do desditoso, e, ao negociar-se a paz de Munster, redobrava-se de acção, para se cortar a menor vantagem ao inimigo desde que negassem a liberdade a D. Duarte.

Um embaixador extraordinário fôra enviado a Paris, a-fim-de ultimar os tratados nêsse sentido, assinando-se um capítulo secreto entre o descendente de Vasco da Gama, já nomeado marquês de Nisa, e o govêrno de Luís XIII.

Passou mais um ano. Era o oitavo do encarceramento da vítima, que se esgotava entre as paredes do castelo milanês. Solicitou-se, de seguida, o entendimento dos dois diplomatas, o lusitano e o francês, na Holanda, a-fim-de obterem a entrega do inocente, e estatuiu-se não se assinar a paz sem que houvesse certezas de cumprimento das promessas relativas ao cativo.

Já reinava Luís XIV quando se selou o

tratado cuja designação tinha a chancela de ser feito entre êle, prêso, e Sua Majestade Cristianíssima.

Dizia-se como os enviados da França pleiteavam, ante os espanhóis, para conseguirem o descêrro das portas do castelo de Milão. Acentuara-se «ser mister pôr-se aquêlo príncipe em liberdade ou, pelo menos, entregá-lo em poder do imperador, para o guardar, menos rigorosamente, nalguma cidade da Alemanha, até se concluir a paz.»

Erriçaram-se de dificuldades as boas intenções dos agentes reais e o conde Peñaranda, chefe da missão castelhana, chegara a irritar-se ao retorquir: «ter por inimigos de seu soberano aqueles que pretendessem confundir a questão de que se tratava — a trégua — com o tirano de Portugal».

Assim se retiraram do congresso de Munster os delegados dos dois países.

Aparecera, então, a notícia secreta de que se tinha tornado mais apertada a clausura do príncipe e se procurava atentar contra a sua vida.

Redobraram as instâncias da França, numa teíma generosa, à medida que se avolumavam as suspeitas das tentativas contra a existência do prêso, ao constatar-se a perseverança dos plenipotenciários em não cederem sem o fecho da cláusula estipulada da passagem do infante para o poder de Fernando III.

Tudo isto se dera durante o periodo em que êle mais sofria, por vezes alçado ao cúmulo da esperança, logo a mergulhar-se na treva do desgosto. Em alternativas doloridas vivia o desgraçado, ao qual escritores de talento chamariam: o *Príncipe vendido*.

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

D. João IV recebia, por vezes, notícias do preso que sofria pela nação liberta. Um frei, chamado Francisco Portes, indo dizer missa, na capela do prisioneiro, tomava as cartas que êste colocava sob o tapete, junto do altar, e entregava-as aos enviados régios. As sentinelas mal reparavam no rápido gesto do sacerdote que, ao ajoelhar, colhia os preciosos papeis.

O monarca dirigia-se a Mazarino recordando-lhe o auxílio jámais negado e os espanhóis acabaram por sentir a impossibilidade da paz sem a libertação do seu odiado refém. Portugal em guerra, vitorioso quási sempre, e a Espanha cedendo aquela excelente prêsa era lance muito despresticioso para o orgulho castelhano.

Não havia, porém, outro remédio. Iam ceder. O príncipe restituído ao seu país, coberto de prestígio e ansioso de desforra, tornava-se o maior dos perigos.

Por êste tempo, D. Duarte de Bragança adoeceu. Assaltara-o uma grande febre e, no seu delírio, lembrava-se de D. Maria de Lara, da espôsa sacrificada ao seu desejo de glórias, e do filho que mal beijara, na sua pressa de bem servir o imperador, a cuja protêrvia devia aquêle cárcere.

Boquejava-se dum atentado contra a sua vida prestes a expirar, quando já não se podia deter, por mais tempo, a assinatura do tratado de paz.

Chamaram-se à fortaleza os melhores médicos, como para desviar suspeitas ou legalisarem o crime. Mestres Tomazo, Lodi, Soroloni e Solari analisaram o enfêrmo.

Nenhum deles confessou que o veneno



livrava os espanhóis daquêle cativo cuja liberdade os pungiria. Era crível que o destino quisesse imolar o príncipe quando a sua hora de felicidade se avizinhava e os carrascos fôsem estranhos ao seu fim, que o médico de mór fama, Soroldoni, lhe annunciara com a certeza de falar a um soldado. Como militar desdenhava da morte; na sua qualidade de cristão não a procurou por suas mãos mas, ante o sofrimento intenso, devia desejá-la do íntimo da alma. Por isso, quando o clínico lhe disse ser impossível salvá-lo, avisando-o da proximidade da morte, apenasolveu:

— «Quero ser sepultado na minha pátria!»

Chamou o tabelião e as testemunhas, e começou a ditar o testamento. Possuía quarenta e três quadros de assuntos piedosos, a baixela, do valor de trinta mil liras, uma biblioteca de obras escolhidas, duas letras de câmbio, da quantia de duzentos e vinte dobras, e desejava legar tudo isto aos que o tinham servido e tratado.

Aos criados Cláudio, Simão, Gonçalves, Martinho, a Ana e Joana, suas familiares, deixava dinheiro bem como aos médicos Soroldoni e Solari e, assim, ao capitão António Perez, ao alferes Valenzolo, aos capelães Stefano, Gentigni e D. Francisco Portes.

Para o chanceler ia o diamante rosa, o maior, que muito quisera e estimara; para o tenente, um mais pequeno e ao seu advogado, marquês de Galarate, deixava parte da baixela.

Havia outros legados, como o dinheiro para as missas. O príncipe dispusera de tudo, conformado com a sorte, que o tornara prisioneiro em vez de lhe dar a apetecida glória. Os seus bens do reino pertenciam à espôsa, àquela

## O SUPLÍCIO DO INFANTE D. DUARTE

linda D. Maria de Lara e ao seu filho D. Manuel, que estava em Rio de Moínhos, no bispado de Viseu, em companhia dum tio materno, o Capitão Brás Alvares Pais de Meneses.

Ela não os receberia.

E' que a mulher do encarcerado, há muito se ia finando de saudades, que deixou traçadas ao glosar o mote:

*Chorai sem descansar, olhos cansados*

Acabara (1) em pranto e o esposo soubera-lhe do fim, quando a agonia já o buscava.

O capelão Portes largou para Portugal com o encargo de contar a D. João IV como acabara o príncipe e quais as suas derradeiras disposições. Uma delas, a de ser sepulto na terra da pátria, não foi jámais cumprida.

O representante de Espanha consentira em exéquias soleníssimas por morte de sua vítima, mas não entregou aos portugueses o martirizado corpo.

Deram-lhe por jazida o muro da capela de Sforzesco, como em vida o tinham enclausurado na Rocheta.

Esses restos mortais, ao serem, mais tarde, procurados, tinham desaparecido.

Ao pescôço do infante não foi encontrado o grilhão de ouro com o brilhante e a relíquia pertencente, outrora, ao monarca perdido em Alcácer-Kibir.

Cumpriu-se a maldição atirada à Casa de Austria pelo Príncipe vendido.

---

(1) Elle finou-se em 13 de Setembro de 1649, com 44 anos de idade. D. Maria de Lara faleceu em 23 de Junho, setenta e dois dias antes do passamento do príncipe.

## O SUPPLICIO DO INFANTE D. DUARTE

Fernando III viu quasi desbaratado o seu império. Perdera a hegemonia. A sua descendência, os seus sucessores, foram derrotados nas batalhas. Um monge, de nome Lenine, profetizara o total aniquilamento dos suzeranos da Alemanha, que se pronunciara pela Reforma, mas primeiro iam abater-se os reinantes austríacos ante o engrandecimento da Prússia.

Da linha imperial de José I, Carlos VI, Carlos VII, Francisco I e José II proveio Maria Antonieta, sacrificada no cadafalso de Paris; e do ventre de Maria Ana, espôsa de Filipe IV, nasceu Carlos II, o inepto rei com o qual findou a dinastia austríaca na Espanha, sacrificadora do nobre Príncipe vendido.



